

Governo regulamenta Pacto Contra o Feminicídio e cria comitê

Novo comitê de gestão vai definir metas e monitorar ações de prevenção

Da Redação

Instituído como política pública permanente para garantir a proteção integral das mulheres fluminenses, o Pacto Estadual Rio de Janeiro Contra o Feminicídio teve seu funcionamento detalhadamente regulamentado com a publicação do Decreto 50.468/26 no Diário Oficial do Executivo desta quinta-feira (10). A diretriz oficial regulamenta a Lei 11.231/26, também aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), fortalecendo ferramentas sólidas de planejamento já interligado.

A principal modificação trazida pelo documento estadual é a consolidação oficial do Comitê Interinstitucional de Gestão, uma frente que assumirá a coordenação estratégica plena, além da articulação constante entre os órgãos e do acompanhamento rigoroso dos resultados do programa preventivo. Esta nova comissão será gerida diretamente pela Secretaria de Estado da Mulher e de Políticas Inclusivas (Sempi) e funcionará sem exigir a formação de cargos adicionais nem aumento das despesas do governo.

Esse grande grupo intersectorial englobará representantes técnicos da própria Alerj, Tribunal de Justiça (TJ-RJ), Ministério Público (MP-RJ), Defensoria Pública (DP-RJ) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A rede de proteção ainda garantirá o



JOÉDSON ALVES / AGÊNCIA BRASIL

Decreto fixa prazo de 120 dias para plano, bem como apoio aos 92 municípios do Rio

suporte analítico indispensável de pastas centrais do Executivo, incluindo áreas como a Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Saúde, Educação, Direitos Humanos, Instituto de Segurança Pública (ISP), Faperj e o próprio Cedim.

Como missão de partida, a instância deverá aprovar, no prazo de até 120 dias, um Plano Estadual Bienal de Metas associado ao seu minucioso Plano de Ação Estadual. Esses documentos unificados registrarão as novas metas programáticas governamentais. Eles vão listar com exatidão os indicadores numéricos de desempenho esperados e também apontar as

fontes de verificação mais confiáveis. Tudo isso passará por análise transparente de viabilidade, mapeando quais serão as reais fontes seguras de custeio.

Este monitoramento engloba os aspectos de contenção categorizados neste decreto: a prevenção primária focada na forte base da educação e no enfrentamento cultural de padrões discriminatórios; o formato secundário pautado na percepção precoce dos perigos para barrar as agressões antes de evoluírem; e uma modalidade terciária de urgência com amparo integral garantido para as vítimas sobreviventes, além da urgente responsabilização

punitiva e severa de agressores, estendendo o cuidado aos seus órfãos.

Para auditar o projeto, será gerado o Relatório Anual de Monitoramento, enviado de imediato à Alerj apontando as falhas. A coleta de dados usará a estrutura existente do Observatório do Feminicídio, evitando a duplicidade administrativa e vetos governamentais anteriores. Os municípios do RJ podem aderir à rede mediante novos termos de cooperação, assumindo compromissos que viabilizam acesso ao banco centralizado e capacitação profissional, fortalecendo a rede integrada e protegendo vidas.

Parceria capacita professores na inclusão de alunos com deficiência

Da Redação

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) e a Secretaria de Estado da Mulher e de Políticas Inclusivas firmaram um acordo de cooperação técnica para capacitar profissionais da rede pública no atendimento a estudantes com deficiência.

A parceria prevê a criação de uma rede de formação continuada destinada a professores, gestores e colaboradores das escolas estaduais, com foco em letramento social, acolhimento e garantia de direitos.

O primeiro encontro reuniu educadores na capital fluminense para debater conteúdos teóricos e práticos sobre as especificidades de cada deficiência e o desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis.

O programa também contempla ações diretas de combate ao capacitismo, à discriminação e ao preconceito no ambiente escolar, buscando assegurar o pleno aprendizado e a integração social dos alunos.

A iniciativa faz parte da política do Governo do Estado para fortalecer os direitos das pessoas com deficiência e promover a sensibilização contínua na comunidade escolar.

O modelo de treinamento será itinerante e percorrerá diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro nos próximos meses, consolidando uma diretriz permanente de educação inclusiva no sistema estadual de ensino.

Saquarema promove Concurso de Produtos Agrícolas para valorizar produtores rurais

Da Redação

A Prefeitura de Saquarema, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca, convida os produtores rurais do município a participarem do Concurso de Produtos Agrícolas, que será realizado no dia 12 de setembro, no Parque de Exposições Marcos Santiago, localizado às margens da Rodovia Amaral Peixoto, ao lado da Escola Clotilde de Oliveira Rodrigues, em Sampaio Corrêa.

A iniciativa tem como objetivo valorizar a produção rural de Saquarema, destacando a qualidade dos



DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE SAQUAREMA

Iniciativa destaca a qualidade dos produtos cultivados no município

produtos cultivados no município e reconhecendo o trabalho e a dedicação dos produtores locais.

O concurso acontece das 9h às 22h e contará com premiação para os mais bem colocados. A participação é

destinada exclusivamente a produtores rurais de Saquarema.

COMO PARTICIPAR

Os interessados em participar devem realizar a inscrição, presencialmente, na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca, localizada na Rodovia Amaral Peixoto, Km 52, em Sampaio Corrêa, próximo ao Parque de Exposições.

A Prefeitura reforça o convite aos produtores rurais para que apresentem o resultado do trabalho realizado no campo e participem desse momento de valorização da agricultura do município.



DIVULGAÇÃO

Ação foca no letramento social e no combate ao capacitismo